



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 10 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 16 DE MAIO DE 2018.**

Aos dezasseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Proposta de Operação de Reabilitação Urbana em Penamacor; -----
2. Proposta de Operação de Reabilitação Urbana em Benquerença; -----
3. Proposta de Operação de Reabilitação Urbana em Bemposta; -----
4. Proposta de Quota Extraordinária à Associação Rede de Judiarias de Portugal; -----
5. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 7 de maio do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar, sendo que nenhum deles exerceu esse direito. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – PROPOSTA DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA EM PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Por deliberação da Assembleia Municipal de Penamacor, em sessão ordinária realizada no dia 25 de abril de 2015, sob proposta da Câmara Municipal deliberada no dia 11 de março de 2015, foi aprovada a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Penamacor, nos termos do procedimento previsto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, adiante designado RJRU), tendo-se procedido igualmente à sua publicitação no sítio eletrónico do Município e à comunicação da aprovação da delimitação da ARU ao Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU), conforme o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 13.º do RJRU, bem como à sua publicação na 2.ª série do Diário da República n.º 156, de 12 de agosto de 2015, através do Aviso n.º 8893/2015. -----

Dando cumprimento ao artigo 15º do RJRU, que define um prazo de 3 anos para a aprovação da Operação de Reabilitação Urbana após a aprovação da ARU, foi celebrado um Contrato de Prestação de Serviços com a empresa TERRISIRGA – Territórios & Redes, Lda. para a elaboração do respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do artigo 33.º do RJRU. -----

No caso do PERU de Penamacor, considerando a natureza e âmbito do quadro de ações/projetos previstos, ficou definido que o tipo de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) a implementar para o território de Penamacor do

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

tipo Sistemática tendo presente, nomeadamente, a abrangência e diversidade das intervenções previstas ao nível de infraestruturas e espaços verdes urbanos, que se encontram associadas ao programa de investimento público que abrange doze ações/projetos especificamente ligados à reabilitação/regeneração do edificado e do espaço público urbano, e que totalizam um investimento total de cerca de 5,7 milhões de euros. Do ponto de vista temporal esta ORU será operacionalizada num período total de sete anos, a contar da data da referida aprovação. -----

-

Assim, nos termos do RJRU, foi elaborado o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana que se encontra anexo à presente proposta, o qual estabelece uma visão, estratégia e projetos estruturantes para a ARU de Penamacor, identificando ainda possíveis fontes de financiamento e benefícios fiscais resultantes da aprovação da sua delimitação; -----

-

Deste modo, venho propor que o executivo camarário delibere: -----

- Submeter a discussão pública o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Penamacor, nos termos do procedimento previsto no n.º 4 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a promover nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, pelo período de 20 dias úteis”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

2 – PROPOSTA DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA EM BENQUERENÇA. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Por deliberação da Assembleia Municipal de Penamacor em sessão ordinária realizada no dia 25 de abril de 2015, sob proposta da Câmara Municipal deliberada no dia 11 de março de 2015, foi aprovada a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Benquerença, nos termos do procedimento previsto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, adiante designado RJRU), tendo-se procedido igualmente à sua publicitação no sítio eletrónico do Município e à comunicação da aprovação da delimitação da ARU ao Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU), conforme o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 13.º do RJRU, bem como à sua publicação na 2.ª série do Diário da República n.º 156, de 12 de agosto de 2015, através do Aviso n.º 8892/2015. -----

Dando cumprimento ao artigo 15º do RJRU, que define um prazo de 3 anos para a aprovação da Operação de Reabilitação Urbana após a aprovação da ARU, foi celebrado um Contrato de Prestação de Serviços com a empresa TERRISIRGA – Territórios & Redes, Lda. para a elaboração do respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do artigo 33.º do RJRU. -----

No caso do PERU de Benquerença, considerando a natureza e âmbito do quadro de ações/projetos previstos, ficou definido que o tipo de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) a implementar para o território de Benquerença do tipo Sistemática tendo presente, nomeadamente, a abrangência e diversidade das intervenções previstas ao nível de infraestruturas e espaços verdes urbanos, que se encontram associadas ao programa de investimento público que abrange uma ação/projeto especificamente ligados à reabilitação/regeneração do edificado e do espaço público urbano, e que totalizam um investimento total de cerca de duzentos e cinquenta mil euros. Do ponto de vista temporal esta ORU será operacionalizada num período total de sete anos, a contar da data da referida aprovação. -----



Livro: ____ / ____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Assim, nos termos do RJRU, foi elaborado o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana que se encontra anexo à presente proposta, o qual estabelece uma visão, estratégia e projetos estruturantes para a ARU de Benquerença, identificando ainda possíveis fontes de financiamento e benefícios fiscais resultantes da aprovação da sua delimitação; -----

Deste modo, venho propor que o executivo camarário delibere: -----

- Submeter a discussão pública o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Benquerença, nos termos do procedimento previsto no n.º 4 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a promover nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, pelo período de 20 dias úteis”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

3 – PROPOSTA DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA EM BEMPOSTA. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Por deliberação da Assembleia Municipal de Penamacor em sessão ordinária realizada no dia 25 de abril de 2015, sob proposta da Câmara Municipal deliberada no dia 11 de março de 2015, foi aprovada a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Bemposta, nos termos do procedimento previsto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, adiante designado RJRU), tendo-se procedido igualmente à sua publicitação no sítio eletrónico do Município e à comunicação da

Ref.ª _____
Data: ____ / ____ / ____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

aprovação da delimitação da ARU ao Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU), conforme o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 13.º do RJRU, bem como à sua publicação na 2.ª série do Diário da República n.º 156, de 12 de agosto de 2015, através do Aviso n.º 8891/2015. -----

Dando cumprimento ao artigo 15º do RJRU, que define um prazo de 3 anos para a aprovação da Operação de Reabilitação Urbana após a aprovação da ARU, foi celebrado um Contrato de Prestação de Serviços com a empresa TERRISIRGA – Territórios & Redes, Lda. para a elaboração do respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do artigo 33.º do RJRU. -----

No caso do PERU de Bemposta, considerando a natureza e âmbito do quadro de ações/projetos previstos, ficou definido que o tipo de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) a implementar para o território de Bemposta do tipo Sistemática tendo presente, nomeadamente, a abrangência e diversidade das intervenções previstas ao nível de infraestruturas e espaços verdes urbanos, que se encontram associadas ao programa de investimento público que abrange uma ação/projeto especificamente ligados à reabilitação/regeneração do edificado e do espaço público urbano, e que totalizam um investimento total de cerca de trezentos mil euros. Do ponto de vista temporal esta ORU será operacionalizada num período total de sete anos, a contar da data da referida aprovação. -----

Assim, nos termos do RJRU, foi elaborado o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana que se encontra anexo à presente proposta, o qual estabelece uma visão, estratégia e projetos estruturantes para a ARU de Bemposta, identificando ainda possíveis fontes de financiamento e benefícios fiscais resultantes da aprovação da sua delimitação; -----

-

Deste modo, venho propor que o executivo camarário delibere: -----

- Submeter a discussão pública o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Bemposta, nos termos do procedimento previsto no n.º 4 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a promover nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, pelo período de 20 dias úteis”. ----
A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – PROPOSTA DE QUOTA EXTRAORDINÁRIA À ASSOCIAÇÃO REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“O Município de Penamacor assumiu, na reunião extraordinária do dia 13 de março de 2018 da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Rede de Judiarias de Portugal, da qual é membro, o compromisso de contribuir juntamente com os restantes parceiros, para o pagamento de uma contribuição extraordinária. -----

Tal contribuição extraordinária destina-se a fazer face a necessidades de tesouraria na execução do Projeto PT 08 - “Rotas de Sefarad – Valorização da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturas”, conforme o teor da atada reunião atrás mencionada e que se anexa à presente proposta. -----

Nestes termos, propõe-se à Câmara Municipal que, ao abrigo da competência para assegurar a recuperação e divulgação do património cultural do município, prevista na alínea t) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar o pagamento de uma quota extraordinária no valor de € 7.036,15 à Associação Rede de Judiarias de Portugal. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento anexo e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março)". -----
A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 2.993.863,81 euros e uma despesa também acumulada de 2.248.936,23 euros e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao público, dela tendo usado o senhor Luís Seguro que começou por se congratular com a visita do Senhor Ministro do Ambiente a Penamacor na sessão dedicada ao Projeto de Proteção e Restauro de Espécies e Habitats Prioritários na Reserva Natural da Serra da Malcata. Neste sentido, perguntou ao Senhor Presidente se houve algum desenvolvimento sobre a recuperação das casas na Malcata, que estão muito degradadas. Em seguida, alertou para o estado deteriorado em que se encontra a estrada nacional 233, limite do concelho sul. -----

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção. No respeitante às casas na Malcata, disse tratar-se de um assunto já abordado entre os Municípios de Penamacor e Sabugal, os responsáveis do ICNF e a Tutela em termos do ordenamento do território, existindo a pretensão de um aproveitamento turístico das casas, para que possam ser uma mais-valia para os nossos territórios e um fator de promoção de desenvolvimento turístico e retorno económico. Em relação à estrada 233, limite do concelho sul, informou que o projeto está concluído para grande parte do troço, mas o mesmo obrigaria a um grande

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

esforço financeiro da autarquia, pois não há fundos estruturais para a respetiva reabilitação. Disse que em breve será feita uma pequena operação de reabilitação. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e quarenta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares